

A SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Iael de Souza¹

RESUMO

A ciência do social, por refletir as contradições postas pela objetividade processual do real, pode atuar tanto para a manutenção e conservação progressista do existente, quanto para seu questionamento histórico-crítico, auxiliando no processo de construção de valores e ações/experiências de caráter emancipador. Embora os cursos de administração orientem-se pela perspectiva hegemônica do capital, fortalecendo sua ideologia e as formas de controle sobre a produção e o social, uma outra formação é possível e se faz necessária a fim de enfrentar a barbárie e precarização das condições materiais de existência e da reprodução social. É urgente e imprescindível fortalecer e disseminar a perspectiva contra-hegemônica, de caráter emancipador.

Palavras-Chave: Contra-hegemonia. Classes sociais. Trabalho associado. Propriedade privada.

SOCIOLOGY APPLIED TO ADMINISTRATION IN A COUNTER-HEGEMONIC PERSPECTIVE

ABSTRACT

As it reflects the contradictions posed by the real procedural objectivity, social science can act, both, for the maintenance and progressive upkeep of the existing order, as for its historical-critical questioning, assisting in the process of construction of values and emancipator actions/experiences. Although Business Administration courses are guided by the hegemonic perspective of capital, strengthening its ideology and forms of control over the production process and the social *status quo*, another formation is possible and it is necessary in order to face the barbarism and precariousness of the material conditions of existence and of the social reproduction. It is urgent and imperative to strengthen and disseminate the emancipator counter-hegemonic perspective.

Keywords: Counter hegemony. Social classes. Associated labor. Private. Ownership.

¹ Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus de Picos. Departamento de Educação. Mestre em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa denominado Grupo de Estudos Marxistas Piauiense (GEMPI). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR), da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: iaeldeo@gmail.com

I. Introdução

Os cursos de administração, em geral, orientam-se pela perspectiva hegemônica do capital e de sua ideologia, formando e preparando suas *personas*, que o personificarão, cuja missão é a defesa e a proteção do sistema capitalista de todas as ameaças e ataques ao aprimoramento de seus mecanismos, processos, procedimentos de organização e controle produtivo-social para maior eficiência e eficácia dos resultados, maximizando os lucros e reduzindo os custos de produção.

Mas o capital, enquanto *relação social*, é uma *contradição viva* e, por isso, gera o seu contrário: a *perspectiva contra-hegemônica do trabalho*. Todavia, ela não é tematizada, problematizada, contextualizada, muito menos difundida e propagada nos cursos de administração, justamente porque representa uma ameaça vital e virtual à manutenção e à reprodução do sistema metabólico do capital e do seu reinado ideológico.

A demonstração histórica da possibilidade de concretização de uma outra forma de sociabilidade, de organização produtiva-social², a confrontação dos valores erigidos, aprendidos (inculcados), internalizados e, assim, aceitos e legitimados como únicos possíveis, porque entendidos como inerentes à natureza humana, por outros, fruto de mudanças no modo de organização das relações sociais e de produção criadas pelo ser social a partir do *trabalho associado*, colocariam em xeque a propriedade privada, a existência das classes sociais, do Estado e de todas as formas de exploração do homem pelo homem.

Contextualizar histórica e socialmente essa perspectiva contra-hegemônica, fortalecê-la e disseminá-la para que cada vez mais indivíduos possam conhecê-la, contrapondo-a à perspectiva hegemônica do capital e dos capitalistas que o personificam e representam, é uma maneira de construir e criar uma nova paideia (ideal de homem e de sociedade, porém, para além das sociedades de classes), cultivando e fazendo germinar novos valores que possam orientar ações (educativas) de caráter emancipador, como defende Tonet (2005), e redirecionar as *experiências alternativas* que despontam como resposta dos trabalhadores às precarizações constantes de suas condições de vida e trabalho e à barbárie do capital, como demonstrado por Mészáros (2003).

II. As ideias dominantes são as da classe dominante

A sociologia, ou ciência do social, surge a partir da evidenciação inexorável das contradições do modo de vida da sociabilidade capitalista e dos conflitos e tensões inelimináveis, irremediáveis e irreconciliáveis entre as classes sociais em luta³. Num contexto histórico-social onde a estrutura social funda-se na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, esta sociedade encontra-se cindida em duas classes: a dos trabalhadores, detentores da força de trabalho, e a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, inclusive da própria força de trabalho, que é capital variável e mercadoria, vendida sob contrato.

² Nessa direção, é instigante assistir ao documentário: “CAPITALISMO & OUTRAS COISAS DE CRIANÇAS”, escrito e apresentado por Paddy Joe Shannon, produzido pelo Partido Socialista da Grã-Bretanha, com tradução e legendas de Glauber Ataíde.

³ Ver SOUZA, Iael. *Da necessidade de uma ciência do social: condições e circunstâncias histórico-sociais e perspectiva hegemônica de atuação*. Picos: Piauí, 2003. (no prelo)

Porém, essa nova sociabilidade precisa ser racionalmente justificada para ser entendida e legitimamente aceita pelo social, isto porque o mundo moderno se caracteriza pelo predomínio da explicação científica, responsável pelo desencantamento do mundo e pela racionalização pragmática e instrumental. É assim que uma ideia é criada, passando a justificar o modo de ser, pensar, agir e sentir dos indivíduos sociais, transformando-se em ideologia, porque adquire a função social de atribuir razão de ser e sentido a suas vidas.

É assim que os indivíduos sociais acabam acreditando nessas ideias, internalizando-as e reproduzindo-as, e elas se transformam em valores, e daí para a frente orientarão os modos de agir e interagir desses indivíduos no e com o mundo, influenciando em suas escolhas, que têm uma margem relativa de autonomia, já que estão fundadas na condição socioeconômica dos indivíduos e no lugar/posição que ocupam na estrutura produtiva.

Na sociabilidade do capital, os valores e ideias dominantes são os da classe dominante, como diziam Marx e Engels (2007), pois esta classe controla os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Segundo Althusser (s/d, p. 43-44), são eles: o AIE religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o da informação (*mass media*) e o cultural. Sendo assim, embora *acreditemos que pensamos com nossa própria cabeça*, que as ideias e valores são nossos, próprios e particularidades a cada uma das singularidades individuais, estamos vivendo numa ilusão⁴, pois aprendemos, desde tenra idade, a sentir, pensar, agir e nos relacionar como é esperado, através de uma sutil e muito eficaz *programação*.

É por isso que Althusser (s/d, p. 60) afirma que “o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, é o *Aparelho Ideológico Escolar*”. A escola, o trabalho escolar e a estrutura de sua organização enquanto instituição reforça as ideias, os conhecimentos, os comportamentos, os valores dominantes e nós os aprendemos, internalizamos e reproduzimos, indubitavelmente, porque são materializados nas relações sociais desenvolvidas no ambiente escolar, através das normas e regras de convivência; de prêmios e punições; de concorrência, competitividade e produtividade; de respeito à hierarquia e aos poderes advindos das investidas em determinados cargos; de que há necessidade de ter quem comanda e quem é comandado para que as coisas funcionem bem e a ordem e o progresso sejam garantidos, etc.

O grupo Legião Urbana já dizia, em uma de suas canções, intitulada *Geração Coca-Cola*, de autoria de Dado Villa Lobos e Renato Russo, de 1984 que, “quando nascemos, fomos *programados* a receber o que vocês nos empurram, como os enlatados, dos USA, de nove às seis. Desde pequenos, nós comemos lixo comercial, industrial [...]. Depois de vinte anos na escola, não é difícil aprender todas as manhas do seu jogo sujo”. Evidencia-se, assim, a força da ideologia e como determinadas ideias se transformam em ideologias, porque são capazes de persuadir e, ao serem repetidas incontavelmente, transmitidas por todos os meios e formas, acabam sendo acreditadas como verdadeiras e o único modo de ser, agir, pensar e sentir possível e imaginável, sendo seguidas não apenas por um indivíduo, mas por diferentes grupos e classes sociais, enfim, pela maioria da sociedade, ainda que existam aqueles que se oponham a elas.

Podemos compreender, a partir desse contexto, que todas as ações humanas são regidas por um pôr teleológico, ou seja, têm uma finalidade, são intencionais, objetivam realizar determinados fins lançando mão de determinados meios, aqueles que se demonstram

⁴ Releitura do mito da Caverna, de Platão, através da obra cinematográfica MATRIX, onde o personagem principal, Neo, acorda do *sonho encantado do cotidiano*, da pseudoconcreticidade, passando a enxergar, de fato, a realidade, através do concreto pensado, compreendendo de onde vinha o sentimento de incômodo que o emulou a buscar a verdade, tendo como ponto de partida as aparências do real.

mais eficazes para o que se pretende atingir. Portanto, não existe neutralidade axiológica, todas as produções humanas, todas as suas criações e construtos atendem a determinados interesses e necessidades, que já sabemos não serem aqueles comuns a toda a humanidade, mas sim de uma parcela dela, que se coloca como sua representante e porta-voz, conseguindo obliterar da maioria que usa da *res-publica* para defender e promover seus interesses privados, de minoria.

A própria ciência não é neutra, sua produção afirma e permite a manutenção de um determinado ideal de homem e de mundo, impedindo o desenvolvimento de outro, realmente condizente com os verdadeiros interesses do gênero humano. É aqui que fica evidenciado que a sociologia, desde seu nascimento e pelas próprias condições e circunstâncias histórico-sociais que a justificam e exigem, pode atuar tanto para “sobreviver *no* mundo”, como para “sobreviver *ao* mundo”, isto é, respectivamente, para irmos nos munindo e criando meios para nos adaptarmos às exigências do sistema capitalista, mantendo-o e reproduzindo-o, aperfeiçoando e melhorando o existente para que, assim, as pessoas possam aceitá-lo mais facilmente, sem impor maiores resistências, ou, então, irmos além das aparências do que existe, além das explicações, buscando compreender as múltiplas determinações que condicionam e produzem os fatos sociais, a processualidade do real e sua objetividade, que funda e medeia as subjetividades em suas ações sociais.

“Sobreviver *ao* mundo” é construir as condições *para ir além* do que está posto, enxergando e compreendendo que há outro modo de vida possível, que essa forma de sociabilidade que conhecemos, a capitalista, é apenas uma das criações e produções humanas possível, que este *não é* o fim da história, que ela é produzida e criada pelas relações sociais e de produção organizadas pelo ser social e, portanto, podem e devem ser transformadas quando impedirem o pleno desenvolvimento das potencialidades e capacidades de todos os seres humanos, que necessitam de *igualdade de condições objetivas* para realizarem-se plenamente enquanto indivíduos, que elas estejam pressupostas para todos, que sejam públicas, permitindo o livre desenvolvimento das individualidades, porque estarão acessíveis e disponíveis a todos as condições para explorarem, desenvolverem e realizarem suas habilidades, conhecimentos, valores, objetivos, enfim, tudo aquilo que compõem o patrimônio histórico-cultural acumulado e disponível à humanidade.

As teorias sociológicas podem atuar através de duas grandes perspectivas, ambas científicas, políticas, filosóficas e ideológicas, como demonstra Enéas Arrais Neto (2000), já que a sociabilidade capitalista funda-se e estrutura-se na luta antagônica entre capital e trabalho: a) perspectiva positivista-funcionalista-conservadora e b) perspectiva crítica-transformadora/ de totalidade social. No entanto, como as ideias dominantes são a da classe dominante, a perspectiva que se tornou hegemônica, dominando e ditando os rumos da produção material e espiritual, a que delineou o desenvolvimento das forças produtivas sob a formação econômica-social capitalista foi a primeira.

III. A sociologia aplicada à administração – uma ciência do capital

As ciências sociais positivas (positivismo) buscam explicar o que existe, o que é, a fim de poder controlar e manipular o existente, o que permite uma previsão para o planejamento e estruturação da mudança, ou seja, prevenir para precaver, um dos lemas de August Comte, que desenvolveu a ideia de Saint-Simon e cunhou o nome de sociologia para a ciência que buscava compreender as leis do desenvolvimento do espírito humano e da razão na história, demonstrando a regularidade de determinados fatos sociais e, a partir daí, a possibilidade de intervir na realidade, ou seja, agir politicamente para direcionar o progresso humano. Daí o entendimento de que sem ordem – estática – não é possível o progresso – dinâmica –

demonstrando, também, a influência da metodologia das ciências naturais no início da sistematização metodológica das ciências sociais.⁵

É importante ressaltarmos a diferença *histórico-ontológica* entre entender e compreender, pois não são sinônimos – até porque não existem sinônimos na língua portuguesa, são apenas uma *convenção* para facilitar o entendimento entre as pessoas e sua comunicação, basta um estudo etimológico sobre as raízes dos vocábulos para essa confirmação. Quando dizemos *histórico-ontológica* falamos sobre o conhecimento *sobre o e do mundo* acumulado pelas gerações humanas ao longo do seu desenvolvimento, que refletem e determinam seu processo de humanização e hominização, o tornar-se homem do homem, seu fundamento ontológico.

Façamos, então, a diferenciação, contrapondo *compreender* e *entender*. As ações humanas não podem ser entendidas como ações mecânicas, como a lei da *ação/reação* da física. *Entender* presume observar, classificar, encontrar similitudes e diferenças, capturar a regularidade imanente das próprias coisas e demonstrá-las, como numa equação matemática, expondo suas regularidades, permitindo controlá-las, manipulá-las, fazendo o mundo servir aos homens e não o contrário.

Embora as ações humanas sejam respostas a necessidades postas em momentos histórico-sociais determinados, exigem uma reflexão que reconstrua e evidencie as múltiplas determinações que fundam e criam as ações humanas, obrigando a construir as mediações e conexões que interdeterminam as diferentes dimensões da vida socioprodutiva – política, econômica, social, cultural – a fim de que possam ser *compreendidas*, denotando que a compreensão envolve ir além de observar, classificar, comparar para encontrar as semelhanças e diferenças, regularidades, etc., já que o *como*, o *por que*, *para que* das ações humanas envolvem a processualidade objetiva concreta, o modo como está estruturada a totalidade social – a totalidade das relações sociais e materiais de produção –, tornada inteligível mediante o contexto, a conjuntura e o momento histórico-social criticamente refletidos e analisados.

Por isso podemos afirmar, sem receios, que *compreender* é muito mais *complexo* do que *entender*, justamente porque exige, como compreende Marx (1978), um trabalho intelectual árduo, demorado, denso, pois

o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é *senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 1978, p. 116-117).

O processo da gênese do próprio concreto não está no pensamento, mas na própria processualidade histórico-social da objetividade do real, objetividade esta que é construída através das ações humanas, que medeiam e conectam uma multiplicidade de complexos sociais – a política, a economia, a cultura, a ideologia, o direito, etc.. – que precisam ser considerados no trabalho da reflexão histórico-crítica para apropriação dessa realidade, que traduz a totalidade social.

⁵ Sobre o positivismo e sua influência sobre o método científico e o mundo moderno, ver PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. “Comte e a educação positivista”. In: PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Sociologia da educação* – do positivismo aos estudos culturais. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

Portanto, embasados no método histórico-materialista-dialético, de Marx e Engels, podemos dizer que a sociologia aplicada à administração é uma resposta que atende aos interesses e necessidades de manutenção e reprodução do capital, do processo de produção e reprodução ampliada e exponencial do valor de troca e da mais-valia, de que a própria administração só pode ser considerada enquanto ciência desde que compreendamos tratar-se de uma ciência *do e para o* capital, cujo objetivo primeiro e último é pensar, planejar e realizar o processo de valorização do valor *ad infinitum*, procurando controlar e submeter a produção social da riqueza aos ditames da lógica do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista.

Não estamos provocando nem procurando “desautorizar” os administradores com essas afirmações. Esses são os fatos, e contra a historicidade dos fatos não há tergiversações possíveis. Paolo Nosella nos ajuda a refletir sobre o verdadeiro significado da Ciência e qual seria a contribuição a ser dada verdadeiramente por ela, cujo saber e conhecimento acumulados devem servir para resolver os problemas vividos e experienciados por toda a humanidade e não apenas por uma mísera parcela dela. Diz Nosella (2004, p.53. Os colchetes são nossos): “Avaliem finalmente se de fato aqueles problemas (de geometria, de matemática, de física, de química, de biologia, [de política], [de economia], etc., etc.) foram resolvidos apenas para poucos ou para muitos ou para todos os homens”. A administração não atende aos verdadeiros interesses e necessidades de todos os homens, mas sim de uma parcela desses homens e, deve ser dito, uma muito ínfima. E essa minoria tem face e tem uma posição muito definida na estrutura produtiva socioeconômica: é a classe capitalista, de modo que não restam dúvidas: a administração é uma ciência, mas uma *ciência do e para o capital*.

A sociologia aplicada à administração é hegemonicamente dominada pelo positivismo e sua lógica funcionalista, conservadora, uma conservação progressista, o que é importante ressaltar, pois a manutenção e reprodução da estrutura social existente, a capitalista, depende de convencer os indivíduos a aceitá-la e acreditá-la como *a única possível* e imaginável, de modo que o que nos resta seria tentar consertar o que não está bom, corrigir as disfunções, melhorar as condições de vida e trabalho – sem, contudo, questionar as relações de trabalho, as relações de propriedade, ou seja, o trabalho assalariado, a propriedade privada –, garantindo o bom funcionamento do organismo social, zelando para que todos cumpram com sua *função*, que façam a sua parte (características do funcionalismo), somente assim haveria desenvolvimento, aperfeiçoamento e progresso.

Como a ciência do social estuda os conflitos, procura prever para prevenir distúrbios que ameacem e dificultem o bom andamento dos negócios, lida com o social, com as *relações sociais*, portanto, com os grupos e classes. Sua aplicação à administração organizacional e maximização, eficiência e eficácia dos processos e procedimentos das organizações capitalistas, em todos os setores da produção econômica, contribuiria para o melhoramento contínuo e crescente dos resultados e para o trato com o “capital humano”. No entanto, a sociologia aplicada à administração torna-se uma exigência e resposta à internacionalização e mundialização do capital⁶, transformando profundamente as paisagens geográficas em escala planetária através do processo de urbanização-industrialização e do dinamismo sempre fluido, veloz, fugaz e ameaçador da vida cidadina, onde “tudo o que é sólido desmancha no ar”, como diz Marshall Berman em referência a Marx.⁷

O final do século XIX e início do XX foram emblemáticos no tocante à mundialização do capital. Capital comercial, industrial, financeiro se fundem, os grandes conglomerados

⁶ Ver, CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

⁷ Ver, BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

político-econômico-financeiros surgem e passam a controlar a ordem mundial, tanto a velha como a nova, a política-econômica, subjugando os Estados-Nacionais aos seus interesses e necessidades (o *mito* do Estado Mínimo⁸, traduzido, essencialmente, em cortes com os gastos sociais: a vingança do capital contra o trabalho) promovendo as reestruturações produtivas que atendam às bases técnico-materiais da produção, constantemente renovadas.

A transnacionalização da produção industrial capitalista a partir da segunda metade do século XX, a volatilização do capital financeiro com a revolução da informática e as demais invenções e inovações técnico-tecnológicas-científicas permitiram a consolidação do império e imperialismo do capital e sua forma correspondente de organização e ocupação dos territórios (espaços) e da territorialidade (relações sociais e de produção estabelecidas dentro desses espaços), impondo a necessidade de uma ciência da administração, leia-se: do *capital mundializado*, e formação do seu exército defensor, dos seus agentes (reprodução padronizada do agente Smith, do filme *Matrix*). O resultado dessa necessidade desemboca em administradores formados em cursos de graduação essencialmente positivistas, funcionalistas, conservadores, produzindo em série a força de trabalho alienada que atuará com o propósito de defender, aperfeiçoar, manter e perpetuar a lógica excludente, desigual, destrutiva e bárbara do capital.

A sociologia aplicada à administração, nesta perspectiva, incrementa as formas de *controle sobre o social* e as *relações interpessoais*, renova seus conceitos a fim de aparentar não só acompanhar as mudanças, mas responder prontamente a elas. É assim que ao invés de *recursos humanos* – conceituação que permite um questionamento que leva ao reconhecimento do ser humano como uma *coisa*, um *meio*, um *instrumento*, ou pior, um *instrumental do instrumento* –, passam a utilizar a designação de *gestão de pessoas*, dificultando um possível questionamento por parte dos trabalhadores, que se sentem, agora, mais reconhecidos e valorizados como gente, cooptando suas subjetividades, ou seja, suas mentes, corações, corpos e almas (sentimento, vontade, criatividade, disposição, etc.), reduzindo substancialmente os focos de resistência, os confrontos e embates do trabalho contra o capital e suas personas, os capitalistas.

Conforme Moura (2004),

Braverman considera que as proposições surgidas logo depois de Taylor, influenciadas pela Psicologia e Sociologia industrial, “não se interessam em geral pela organização do trabalho, mas pelas condições sob as quais o trabalhador pode ser induzido a melhor cooperar no esquema de trabalho organizado pela engenharia industrial” (BRAVERMAN *apud* MOURA, 2004, p. 67).

A assertiva de Braverman é, segundo Moura (2004), complementada por Ortsman, quando este diz que

A decomposição do trabalho não é posta em causa. A monotonia ou a dificuldade no trabalho é recompensada por toda uma série de medidas e de vantagens materiais. Essas vantagens poderão ser retiradas em caso de rebeldia. Assim também, o pessoal só está implicado nas decisões para melhor se integrar, para melhor as aceitar (ORTSMAN *apud* MOURA, 2004, p. 67).

Vemos, assim, como o capital, através de sua reestruturação produtiva toyotista, ocorrida nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, complementa e atualiza o fordismo-

⁸ Ver ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *PÓS-NEOLIBERALISMO* – As políticas sociais e o Estado democrático. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

taylorismo, jamais ultrapassado, obsoleto ou eliminável, porque base estrutural da produção standartizada para o consumo massivo. Na verdade, são renovações necessárias à própria base técnico-material da produção e ao processo de subsunção real do trabalho ao capital, traduzidas através das novas práticas administrativas (gestão organizacional) e gestão de pessoas, alienando e cooptando a subjetividade dos trabalhadores de forma *ativa* e não passiva, ou seja, impondo a “necessidade de envolvimento do trabalhador, a necessidade de incorporar a sua motivação como elemento impulsionador da produtividade e, portanto, da produção de mais-valia relativa” (MOURA, 2004, p. 67).

Eis o verdadeiro significado da sociologia aplicada à administração: a criação de condições objetivas e subjetivas ao processo de valorização do valor e redução/externalização dos custos de produção, minando a capacidade de resistência dos trabalhadores, além de produzir um processo de despolitização e deseducação combativa, ofensiva de seus órgãos representativos (sindicatos, centrais sindicais, partidos), substituindo-a por um processo conciliatório, de concertação social, através de pactos entre capitalistas e trabalhadores, esvaziando o significado socioeconômico das lutas entre capital/trabalho, isto é, da luta de classes. Moura (2004) exemplifica essa despolitização e alienação dos trabalhadores através da obra de McGregor, de 1960, intitulada *O Lado Humano da Empresa*. Nela,

[...] o autor defende que uma ação dirigente racional não deve se basear na intuição ou na prática cega, mas deve se fundamentar em pressupostos claramente formulados à luz das ciências sociais (leia-se sociologia, psicologia, antropologia). Caso contrário, não encontraria os métodos de controle adequados do comportamento humano (MOURA, 2004, p. 69. Os parênteses são nossos).

E enfatiza com uma citação do próprio autor: “Quando não alcançamos os resultados desejados, tendemos a procurar as causas do fracasso por toda a parte, menos onde ela normalmente está: na nossa escolha de *métodos adequados de controle*” (MCGREGOR, 1980, p. 21, *apud* MOURA, 2004, p. 69. O itálico é nosso).

É por isso que a sociologia aplicada à administração serve aos princípios básicos de manutenção e reprodução do capital, formando um exército de “agentes Smith” (filme MATRIX), guardiãs da ordem para o desenvolvimento político-econômico e para o progresso, garantindo o cumprimento das normas, das regras, estando atentos para qualquer desvio ou ameaça, real ou virtual, ao bom e positivo funcionamento do sistema capitalista e, caso não sejam evitados ou contornados, através de uma ressocialização e reeducação via *working shopping* e treinamentos, devem ser perseguidos e eliminados, sendo expurgados do sistema, passando a viver marginalizados, buscando sobreviver via subemprego e na informalidade, engrossando as fileiras dos trabalhadores precarizados.

IV. A sociologia aplicada à administração numa perspectiva contra-hegemônica: conhecer e difundir as formas alternativas de organização da produção e do trabalho

Sendo a sociabilidade capitalista erigida sob a propriedade privada, cindindo a sociedade entre proprietários e não proprietários dos meios materiais e espirituais de existência e reprodução social, portanto, uma sociedade de classes, cujas condições socioeconômicas são determinadas pelo lugar que os indivíduos ocupam na divisão social hierárquica do trabalho, perpetuando a desigualdade social entre os homens, é possível uma outra perspectiva sociológica, um outro posicionamento e leitura de mundo, que contribua para a processual superação radical do existente, onde a sociologia aplicada à administração teria um outro significado, porque orientada por outros valores e fins, criando, para sua

realização, os meios mais adequados possíveis, isto é, uma lógica muito diferente da que impera, onde os fins determinam os meios.

Nesse outro contexto, *os meios precisam estar de acordo com os fins, qualificando-o*, de modo que a atuação da sociologia aplicada à administração, entendendo por administrar o ato de organizar o modo de vida, de dar uma direção, que está pautada num ideal de sociedade e de homem e em determinados valores éticos/morais, orientando as escolhas entre as alternativas postas e possíveis, sirva aos interesses e necessidades de *todos os homens* – e não de uma minoria que se arvora representante dos interesses da maioria –, e não as do capital e seu sistema capitalista.

Ainda sobre os valores, partimos do entendimento de que estes são gerados através da relação que os homens estabelecem entre si e com o mundo social criado por eles quando da transformação do mundo físico-natural. Em outras palavras, como explicita Saviani (2004, p. 36), “a vida humana só pode se sustentar e desenvolver a partir de um contexto determinado (de uma dada situação)”, que é a

[...] condição necessária de possibilidade de existência humana. É daí que o homem tira os meios de sua sobrevivência. [...]. Assim, a situação (um contexto determinado) compõe-se de uma multiplicidade de elementos que em si mesmos não valem nem deixam de valer; simplesmente são; estão aí. Ao se relacionar com o homem, entretanto, eles passam a ter significado, passam a valer. Isto nos permite entender o valor como uma relação de não indiferença entre o homem e os elementos com que se defronta (SAVIANI, 2004, p. 36 e 37. Os parênteses são nossos).

A significação dada pelo ser social às coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, intenções, decisões, comportamentos, etc., enfim, a avaliação realizada perante tudo que o cerca é uma atitude axiológica. Tonet (2005) nos lembra que as escolhas que fazemos são fundadas em valores, sejam elas conscientes ou inconscientes, e que o fim último que deve guiar nossas ações – e a ação educativa principalmente – é, “obviamente, o valor por excelência” (TONET, 2005, p. 230), no caso, a emancipação humana, a criação e realização das condições essenciais para uma *vida boa* para todos, efetivando, na plenitude das condições e circunstâncias histórico-sociais dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e do patrimônio histórico-cultural alcançado pela humanidade, o *bem comum*.

Como diz Tonet (2005),

Se é verdade que o fim qualifica (não justifica) os meios e se é verdade que a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade, então não há dúvida de que só se pode saber quais meios são adequados quando se tem clareza acerca do fim a alcançar (TONET, 2005, p. 226).

No intuito de alcançar o objetivo de transcender positivamente o capital e o sistema capitalista, precisamos nos orientar por *determinados valores* em detrimento e superação de outros, aprendidos, cultivados e internalizados desde tenra idade pelo processo de socialização capitalista. Devemos ter clareza, como diz Tonet (2005, p. 231), que “não se trata de quaisquer valores, mas de valores histórica e socialmente fundados, ou seja, valores que tendo a sua base no processo real apontam para uma forma superior de sociabilidade”.

O primeiro desses valores que deve ser desconstruído e superado por demonstração crítico-histórica é o do *egoísmo* natural, tido como imanente e inerente ao indivíduo social. Na verdade, trata-se da criação de uma ideologia para justificar a necessidade do *pacto social* e do surgimento do Estado (de Direito), desenvolvida pelos contratualistas, com ênfase em

Hobbes (2002) e Locke⁹ (2002). Os estudos antropológicos demonstram que o ser humano é *carente e incompleto* e a condição para a satisfação das carências, bem como de preenchimento e completude se dá na relação mediativa com um *outro* ser humano, também carente e incompleto. Para garantir os meios necessários à satisfação de suas necessidades materiais de existência, os homens desenvolvem as atividades produtivas, que exigem a interação humana, demonstrando que a carência pelo outro e a incompletude só se completa nessa inter-relação social. Essa situação demonstra a atualidade da assertiva aristotélica, atestando a verdade irrefutável de que "*o homem é, essencialmente, um animal social*".

A constituição da vida humana e de sua dinâmica, bem como o tornar-se homem do homem, só foi possível através da *solidariedade* e da *cooperação*, e não do *individualismo* e do *egoísmo/competição*. É ilustrativa a reflexão desenvolvida por Fischer (1973):

É claro que o homem quer ser mais do que apenas ele mesmo. Quer ser um homem *total*. Não lhe basta ser um indivíduo separado; além da parcialidade da sua vida individual, anseia uma 'plenitude' que sente e tenta alcançar, uma plenitude de vida que lhe é fraudada pela individualidade e todas as suas limitações; uma plenitude na direção da qual se orienta quando busca um mundo mais compreensível e mais justo, um mundo que *tenha significado*. Rebelar-se contra o ter de se consumir no quadro da sua vida pessoal, dentro das possibilidades transitórias e limitadas da sua exclusiva personalidade. Quer relacionar-se a alguma coisa mais do que o 'Eu', alguma coisa que, sendo exterior a ele mesmo, não deixe de ser-lhe essencial. O homem anseia por absorver o mundo circundante, integrá-lo a si [...]

Se fosse da natureza do homem o não ser ele mais do que um indivíduo, tal desejo seria absurdo e incompreensível, porque então como indivíduo ele já seria um todo pleno, já seria tudo o que era capaz de ser. O desejo do homem de se desenvolver [carência] e completar [imperfeito] indica que ele é mais do que um indivíduo. Sente que só pode atingir a plenitude se se apoderar das experiências alheias que potencialmente lhe concernem, que poderiam ser dele. E o que um homem sente como potencialmente seu inclui tudo aquilo de que a humanidade, como um todo, é capaz (FISCHER, 1973, p. 12 e 13).

É assim que podemos compreender melhor a designação dada às experiências que ensaiam modos alternativos de organizar o processo de trabalho e de produção em relação à forma predominantemente hegemônica do modo de produção capitalista, como a dita "economia solidária". Ainda que tenha seus problemas e limites (a lógica e estrutura do mercado), apesar dos pesares, propõe ao menos se pautar em outros valores. Ao invés de competição, *solidariedade*; de concorrência, *cooperação*. Viver – ou buscar se apropriar – essas experiências pode potencializar um processo de mudança de paradigmas, vislumbrando outras possibilidades, capazes de fazer germinar outras formas de ser, pensar, produzir, agir e relacionar, demonstrando que outro modo de produção é concretamente viável e, a partir daí, avaliar e estabelecer, projetivamente, os valores que deverão parametrizar as ações/relações humanas para a construção da sociedade e do homem emancipados.

Para isso, precisamos buscar essas experiências, nascidas, em sua grande maioria, como respostas dos trabalhadores à precarização de suas condições de vida e trabalho, como também pela expulsão do mercado formal de trabalho, amargando o desemprego ou o

⁹ Para uma compreensão mais pontual, ver SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Estado, Propriedade e Trabalho em Locke. In: ARRAIS NETO, Enéas (et.al.) *Mundo do Trabalho: debates contemporâneos*. Fortaleza: UFC, 2004. (Coleção Diálogos Intempestivos)

subemprego, conceituados, atualmente, como precariados¹⁰. Ainda que essas tentativas não contestem o cerne do capital, que é a propriedade privada, que travem por manter as relações de trabalho assalariado, podem ao menos servir, caso sejam refletidas crítica, histórica e racionalmente, como aprendizados acumulativos para o salto qualitativo à construção das condições efetivamente potencializadoras de realizar a emancipação humana, que exige, necessariamente, o fim da propriedade privada e a criação de uma outra relação de trabalho, isto é, o *trabalho associado*.

Antes de adentrarmos nessa questão, é interessante frisar a importância de conhecer essas experiências de organização do trabalho e produção de forma alternativa à capitalista, ainda que não o ultrapasse, pois não são propagadas pelos aparelhos ideológicos da informação (*mass mídia*), dado que criariam seus próprios coveiros, dando-lhes munição. Ricardo Colturato Festi, em dissertação apresentada em 2010 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), faz uma reflexão sobre as “Fábricas sem Patrão”, debruçando-se sobre a experiência argentina da fábrica Zanon. Também há um vídeo, muito interessante, intitulado “Intervenção CIPLA/INTERFIBRA – Fábricas Ocupadas, o governo Lula e os capitalistas –”, relatando a luta dos trabalhadores de Santa Catarina e São Paulo para defender seus postos de trabalho.

Embora saibamos que essas experiências são apenas ensaios, não podemos negligenciar a potencialidade virtual que engendram, algo que foi enfatizado por Waldo Lao em matéria publicada na *Revista Caros Amigos*, em agosto de 2011. Destacando a crise argentina da última década do século XX, que desencadeou uma série de mobilizações sociais no país, ressalva que um dos fenômenos mais emblemáticos foram as “cerca de 140 experiências de Fábricas e Empresas Retomadas, chamadas de ‘Fábricas Sem Patrão’, que deram origem a um processo de autogestão e da ação do trabalhador para exigir seu direito ao trabalho” (LAO, 2011, p. 40).

Reconhecendo os limites dessas experiências, não deixa de observar o potencial que têm de criação de novos valores, alterando as relações sociais não só no local de trabalho, mas também extra-muros (além das fábricas e empresas), uma vez que essas pessoas pertencem a uma territorialidade determinada e reproduzem os novos valores aprendidos e construídos coletivamente nos grupos e instituições sociais que frequentam, contrapondo um outro paradigma, importantíssimo para o fortalecimento da luta contra-hegemônica ao capital. Conforme Lao (2011):

Ainda que inseridas na lógica do capital e da economia de mercado, essas experiências viabilizam outras formas de relação, passando pela divisão igualitária dos salários, pelas decisões coletivas e pela socialização de espaços para criar atividades culturais e até mesmo os bacharelados populares abertos à comunidade. Agora, são os próprios trabalhadores os responsáveis pelos meios de produção (LAO, 2011, p. 40).

Apesar dos pesares, existe um aspecto substancial apontado por Lao, referente à mudança de mentalidade, de visão de mundo das pessoas que vivenciaram ou ainda vivenciam essas experiências:

O que é colocado em jogo é uma espécie de símbolo: o mito de que dinheiro gera dinheiro e de que não é o trabalho que gera riqueza. De que é necessário dinheiro para que as coisas funcionem e de que por isso o patrão é imprescindível, ainda que não saiba fazer nada. A ideia de que é possível seguir, mesmo sem um patrão, deixa-

¹⁰ Ver BRAGA NETO, Ruy Gomes. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

os nervosos. Nosso ponto mais forte é a questão simbólica, porque economicamente ainda somos minoritários (LAO, 2011, p. 41).

Vivenciar essas experiências pode contribuir para refundar valores e visão de mundo das pessoas envolvidas. Porém, outros, ainda que não “sintam na pele”, são capazes de se sensibilizar ao tomarem conhecimento, ao ouvirem o depoimento das pessoas que as experimentam, ao visitarem esses locais, ao passarem algum tempo com esses indivíduos, ao questioná-los e refletir sobre suas colocações e ponderações. Afinal, o ser social, justamente por integrar o gênero humano, é capaz de empatia, ou seja, colocar-se no lugar do outro, o que muitos designam por *sentimento de humanidade*.

Ilustrativo quanto a isso é a vida de Friedrich Engels. Embora proveniente de uma família burguesa, dedicada ao ramo industrial têxtil, negócio ao qual deveria dar continuidade, Engels acaba fazendo outra opção, tomando partido pela classe trabalhadora e não pela capitalista, ainda mais quando, em 1842, foi enviado para o berço do capitalismo, Inglaterra, então conhecida como a “oficina do Mundo”. Ainda que o pai o enviasse com o intuito de, como diz José Paulo Netto, afastá-lo “das más companhias e da política e habilitá-lo para a sucessão nos negócios familiares” (NETTO, 1985, p. II), dividia seu tempo entre as tarefas diárias no escritório e um estudo intenso e árduo, incluindo trabalho de campo, sobre a condição de vida da classe trabalhadora na Inglaterra.

Como explica José Paulo Netto, ainda que Engels já demonstrasse empatia pela classe trabalhadora e por sua luta emancipatória contra o capital e seu sistema capitalista, foi justamente o testemunhar, o assistir, ouvir depoimentos, conviver com os operários que possibilitou a construção de seus ideais revolucionários e libertários, superando os ideais democrático-burgueses. Conforme apontado por José Paulo Netto (1985),

[...] é no seu confronto com a sociedade capitalista constituída que elas (sua opção de classe e leitura/visão/posicionamento de mundo) não só se podem manifestar como, especialmente, num lapso de tempo reduzido, operar uma qualitativa alteração na sua estrutura anímica (o sentimento de humanidade, de que falamos); conseqüentemente, ele alcança um patamar a partir do qual ser-lhe-á possível formular um *novo* projeto político-social. Justamente os 21 meses vivos na Inglaterra efetivam essa passagem, esse trânsito da ideologia democrático-burguesa à teoria revolucionária em vias de elaboração (NETTO, 1985, p. V).

Vemos, portanto, que um outro posicionamento de mundo e de classe também é possível através do estudo, do contato e do conhecimento com essas experiências alternativas às relações de trabalho e de propriedade capitalista, proporcionando uma compreensão mais adequada e aproximada possível da processualidade histórico-social do real. Marx e Engels já nos alertavam em *A Ideologia Alemã* (2007) que as relações sociais e de produção capitalistas produzem a alienação humana e através dela os indivíduos sociais criam representações reais ou ilusórias “seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural” (MARX, ENGELS, 2007, p. 93). Estas representações advêm

[...] de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. A suposição contrária só seria possível no caso de, além do espírito dos indivíduos reais e materialmente condicionados, pressupor-se ainda um espírito à parte. Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam (MARX, ENGELS, 2007, p. 93).

Desinverter o que foi propositadamente invertido é um trabalho árduo a ser desenvolvido pela reflexão histórico-crítica-científica, pelo *concreto pensado*, como citado anteriormente por Marx, desvelando a ontologia e ontologização do ser social, a fim de superar o estado de alienação estranhada criada pela relações sociais e de produção capitalistas. Esclarecidos sumariamente esses aspectos, adentremos em nossas considerações finais, tratando sobre a problemática do trabalho associado.

V. Apontamentos finais – O fim da propriedade privada e a construção das relações de trabalho associado

O modo de produção capitalista estrutura-se através da propriedade privada, isto é, da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, uma de muitas das suas contradições fundamentais. A maioria dos indivíduos sociais, dentro da sociabilidade do capital, compõe a classe trabalhadora, aquela que produz a riqueza social e, no entanto, está impedida, privada de se beneficiar dela, já que o acesso se dá mediante possuir determinada quantia de dinheiro pela venda da principal mercadoria que possuem: a força de trabalho. Daí que as relações de trabalho são estabelecidas por contrato, criando o assalariamento. Assim, no sistema capitalista predomina o *trabalho assalariado*.

Porém, para se manter e reproduzir, o capital necessita revolucionar constantemente as forças produtivas sociais, ou seja, desenvolver incessantemente novas técnicas, tecnologias, inovando e inventando novas formas de reestruturação da produção e do processo de trabalho (fordismo-taylorismo-volvoísmo-toyotismo), mantendo aquecida a concorrência intercapitalista, dando fôlego ao modo de produção capitalista, nem que para isso necessite destruir, de tempos em tempos, grande parte das forças produtivas criadas, como nos demonstra Mézáros (1996), através do exemplo das guerras, que garantem a reprodução do capital pela necessidade de reconstrução socioeconômica dos territórios e sociabilidades afetadas, dando-lhe fôlego e aliviando suas crises cíclicas de superprodução.

Justamente pelo necessário incremento permanente da base técnico-material-científica da produção, o capital vai agudizando suas contradições. Lembremos que o capital não é um ente, um ser que paira sobre os indivíduos, mas é, na verdade, uma *relação social*, correspondendo ao modo como os homens organizam, estabelecem e medeiam as relações sociais e de produção entre si. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1989), evidenciam a contradição fundante e fundamental da sociabilidade capitalista, dizendo que

A burguesia (classe que personifica, representa e objetiva, materialmente, o capital) desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. [...]. A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. [...]. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. [...]. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial. [...]. Obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo a sua imagem e semelhança. [...] qual século anterior poderia suspeitar que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? [...] a moderna sociedade burguesa, que fez surgir como que por encanto possantes

meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio. [...] (MARX, ENGELS, 1989, p. 68-71).

Através da citação, vemos que o capital, em última instância, acabou desempenhando uma missão civilizatória, pois obrigou as diversas sociabilidades espalhadas pelo globo terrestre a explorarem e desenvolverem suas potencialidades germinais adormecidas, criando a possibilidade de unidade dos homens ao torná-los membros do gênero humano, uma vez que as fronteiras territoriais foram rompidas e transcendidas, tornando o mundo uma grande aldeia, como dizia Octavio Ianni, possibilitando a apropriação de todo o patrimônio histórico-cultural acumulado pelas várias gerações de homens até então. O problema é que esse patrimônio deveria, mas não está, acessível a toda humanidade, justamente porque embora a produção seja social, a apropriação da riqueza produzida socialmente é privada, como expusemos acima. Assim, abre-se a possibilidade de uma conjuntura revolucionária, pois, conforme ressaltam Marx e Engels,

As forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa (propriedade privada). As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criada. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las (abre-se, assim, a possibilidade de uma “situação revolucionária”, como dizia Lênin). (MARX, ENGELS, 1989, p. 72. Os parênteses são nossos).

Outra grande contradição afluída nesse momento é que o desenvolvimento permanente das forças produtivas altera o *tempo de trabalho socialmente necessário* (do conjunto da sociedade, considerado o nível técnico-tecnológico-científico alcançado e aplicado em todos os setores que compõem as atividades produtivas, em escala planetária) à produção dos meios materiais de existência e sua reprodução, possibilitando a redução do tempo de trabalho necessário e o aumento do *tempo livre*, ou seja, a criação de uma *liberdade social* (base técnico-material científica da produção social) para o enriquecimento multifacetado das individualidades, permitindo aos indivíduos sociais dedicarem-se ao desenvolvimento de suas habilidades, conhecimentos, potencialidades, capacidades, objetivos, etc., abolindo a propriedade privada e o trabalho assalariado, já que a apropriação também será social e não mais privada, eliminando o dinheiro e, portanto, o assalariamento, como mediador para obtenção dos produtos necessários à satisfação das necessidades humanas.

[...] A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição (de existência) do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união

revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (MARX, ENGELS, 1989, p. 77 e 78. Os parênteses são nossos).

A classe trabalhadora, em sua luta diuturna para se manter e se reproduzir, trava inúmeras e infindáveis batalhas contra os capitalistas para obter, ao menos, melhorias em suas condições de vida e trabalho. Porém, essas melhorias rapidamente se deterioram devido às crises cíclicas do capital; ao processo inflacionário; à lógica do mercado e atendimento de seus interesses e necessidades; à lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, materializada na divisão social e internacional do trabalho, que intensifica, nos momentos de crise, as formas de exploração da força de trabalho, precarizando, ascendentemente, as condições materiais e espirituais de existência da classe trabalhadora, forçando-a a mobilizar-se e organizar-se permanentemente, possibilitando, assim, que no processo político-social de luta (processo pedagógico-educativo), tome consciência das razões e fundamentos de sua condição de classe, desenvolvendo uma consciência de classe em si que lhe permite avançar para a construção da consciência de classe para si, ou seja, de ir além dos interesses e necessidades da classe trabalhadora, um salto ontológico-qualitativo que lhe potencializa a enxergar a si mesma como membro do gênero humano e que sua luta traduz, na verdade e em essência, os interesses de toda a humanidade, no geral, oprimida, explorada, impedida de se humanizar cada vez mais enquanto perdurar a propriedade privada e o trabalho assalariado, base de manutenção e reprodução do metabolismo sistêmico do capital.

Todavia, o capital engendra os germes de sua própria destruição, como demonstrado. As contradições e os entraves ao processo de acumulação do capital colocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas fornecem as condições para o desenvolvimento de uma nova forma de organização produtiva e social, ou seja, a propriedade comunal e o trabalho associado. Comunal porque tudo o que for produzido socialmente estará disponível para usufruto de todos os indivíduos sociais, conforme as necessidades de cada um. Algo concretamente possível devido ao desenvolvimento técnico-tecnológico-científico das forças produtivas alcançadas pela humanidade ao longo do seu desenvolvimento, acumuladas e tornadas patrimônio histórico-cultural comum a todos os homens, unindo-os, ao mesmo tempo em que possibilita sua rica diversidade, porque cada um poderá desenvolver suas potencialidades e capacidades, enriquecendo ainda mais a vida social e, por conseguinte, aumentando as possibilidades latentes de realização, na plenitude das condições histórico-sociais dadas, das subjetividades.

O trabalho associado, como explicita Tonet (2012),

[...] é uma forma de trabalho em que os indivíduos põem em comum as suas forças e o resultado deste esforço coletivo é distribuído para todos, de acordo com as necessidades de cada um. Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o *controle livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção*. Deste modo, são os homens que regem o processo de produção e não os produtos, transformados em mercadoria pela compra-e-venda da força de trabalho, que dominam a vida humana. É evidente que esta forma de trabalho é muito mais humanamente digna porque neste caso são os próprios homens que decidem como, o que e de que forma será realizada a produção. Sob esta forma, então o trabalho terá adquirido a sua forma mais digna, humana e livre possível. E é por isso mesmo que ele poderá ser a base de uma forma de sociabilidade onde os homens poderão ser não apenas formalmente, mas realmente livres e iguais (TONET, 2012, p. 24 e 25).

A abolição da propriedade privada das forças produtivas, dos meios e bens de produção, do patrimônio histórico-cultural acumulado pela humanidade, também elimina as classes sociais, todos os indivíduos se transformam em *trabalhadores*, uma *sociedade de trabalhadores*, até porque o trabalho não desaparecerá com a superação da sociabilidade e modo de produção capitalista. Ao contrário, o trabalho é o fundamento do ser social, a necessidade perene de intercâmbio entre o homem e a natureza, portanto, vital para a existência da vitalidade criadora que é o ser social. A questão é que a redução do tempo de trabalho socialmente necessário possibilitará a liberação do “reino da necessidade” de todos os trabalhadores para que possam desfrutar e explorar o “reino da liberdade” na plenitude histórico-social possível.

No entanto, alerta-nos Tonet (2012) que

[...] liberdade plena não quer dizer liberdade irrestrita, total, absoluta, definitiva. Significa *apenas* uma forma de sociabilidade na qual são os próprios homens que comandam o processo social. Ora, esta liberdade é tornada possível exatamente pela existência do **trabalho associado**. Na medida em que as forças dos indivíduos são postas em comum e coletivamente geridas, serão os próprios homens que decidirão o seu destino, que assumirão a resolução dos seus problemas não importa quais sejam. Serão os homens que de fato decidirão, consultando os seus interesses e não os do capital, o que será produzido, como será produzido e como se dará o acesso de todos aos bens. [...].

[...] a própria realidade material permitirá aos indivíduos perceber que a união e não a oposição, a solidariedade e não a competição são muito mais favoráveis ao desenvolvimento de cada um. Como diz Marx, ficará claro que “o teu desenvolvimento é condição para o meu desenvolvimento” (TONET, 2012, p. 33 e 35-36).

Sabemos que para a maioria dos indivíduos presos à inevitabilidade inexorável do mundo capitalista como a única possibilidade de sociabilidade possível, essas considerações parecem intangíveis, improváveis, inimagináveis. Presos à lógica desse mundo, a sua alienação reificante, reflexões e análises científicas como essas – isso porque pautadas na processualidade e historicidade dialética do real – são logo taxadas de utópicas, vocábulo que é interpretado como “o não lugar”, “sonho impossível” e não em seu significado adequado e real de “o lugar possível”, “a busca de um horizonte que nos faz caminhar”, porque esse é seu verdadeiro sentido. Estamos tão imersos na pseudoconcreticidade do real, como dizem Kosik (1976) e Evangelista (1992), que não conseguimos superar e transcender o estranhamento e a reificação de nossas consciências, conformando-nos e aceitando que o que existe, o existente, é a única forma possível de se ser e existir, quando essa não é a verdade.

As tentativas de organizar a produção e o trabalho de modo alternativo ao capitalista, ainda que não o ultrapassem, é um aprendizado importante e fundamental para a criação de outra mentalidade e valores, forjando uma nova subjetividade, imbuída de uma *ética verdadeiramente humana* – ou seja, concordando com Tonet, “aqueles valores que expressam as possibilidades mais elevadas de realização do gênero humano, em cada momento histórico” (2012, nota p. 36), tendo, portanto, caráter universal –, atestando a possibilidade real e objetiva de uma *revolução política com alma social*, como dizia Marx, pois só assim é capaz de atingir a transformação radical necessária para romper com a estrutura social existente.

Não podemos subestimar essas iniciativas e proposições, mas também não devemos superestimá-las. Como dissemos, são momentos importantes do processo de educação político-social das massas oprimidas e exploradas, da classe trabalhadora e do precariado, de sua tomada de consciência de classe em si para a consubstancialização projetiva de classe

para si, proporcionando as condições, circunstâncias, conjuntura e situação revolucionária para a transformação social radical para além do capital.

Concluimos afirmando que a luta de classes está na ordem do dia, demonstrando sua atualidade, e que os últimos acontecimentos de meados do século XXI – como os Occupy, os Anonymus, a tomada de praças e locais públicos pelos precariados e indignados que compõem, tenham consciência ou não, a força de trabalho que é ou, se ainda não o é, será explorada e utilizada, de alguma forma, nem que seja como exército industrial de reserva, pelo capital e suas personas – abrem a possibilidade de um rearranjo nas relações de poder e força entre capital e trabalho, servindo como retomada da combatitividade e ofensiva do trabalho, até então subsumido e controlado, quase que totalmente pelo capital. Ainda não se trata de uma situação revolucionária, nem de uma transformação radical, de uma revolução política com alma social, até porque já faz um tempo considerável que a perspectiva do trabalho encontra-se alheia à teoria revolucionária, órfã de um sujeito revolucionário e de uma situação, verdadeiramente, revolucionária, pois sua existência depende da atualização dos outros dois momentos, pois, como nos lembra Lênin,

[...] a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que a todas alterações objetivas [...] vem juntar-se uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à *classe* revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente *vigorosas* para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não ‘cairá’ jamais, mesmo em época de crise, sem “ser derrubado”. (LÊNIN, 1979, p. 27 e 28).

Infelizmente, a classe trabalhadora, precarizada e com nova composição e complexidade, precisa cumprir a primeira tarefa: tomar consciência de si, se enxergar como classe em si dentro do presente contexto histórico-social das relações sociais e de produção capitalista e do estágio alcançado pelas forças produtivas e como estão entravadas de se colocarem a serviço da humanidade por estarem a serviço do capital. A partir daí, então, poderá racional e objetivamente, retomar o lugar que lhe cabe no processo de transformação social radical, de classe para si, coveira da ordem do capital. Enfim, como diz Tonet “ser revolucionário implica [...] ter a potencialidade, pela posição ocupada no processo produtivo, de colocar-se radicalmente contra esta ordem social”, assumindo, “no processo histórico, teórica e praticamente, a luta contra essa ordem” (2012, p. 43).

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Editorial Presença, s/d.

ARRAIS NETO, Enéas; SOBRAL, Erilênia. Políticas Educacionais e Sociais. In: _____. *Estado e políticas sociais e educacionais no Brasil: esclarecimentos acerca do método e das teorias sociológicas*. Fortaleza: Editora UVA, 2000, cap. 1, p. 9 - 42.

EVANGELISTA, João Manuel. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

FESTI, Ricardo Colturato. *Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, [2010].

FISCHER, Ernst - *A Necessidade da Arte*. Trad. Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed.. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAO, Waldo. Fábrica Sem Patrão resiste a 10 anos de crise. *Caros Amigos*. São Paulo, agosto 2011, p. 40-41.

LENIN, Vladimir I. *A falência da II Internacional*. Trad. Armando Boito Júnior e Maria Luiza Gonçalves. 1ª ed. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979. (Série Materialismo Histórico)

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2 ed. Trad. José Carlos Bruni (et. al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Strner, e do socialismo alemão em seus deferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Organização e Introdução, Marco Aurélio Nogueira. Trad. Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989. (Clássicos do Pensamento Político)

MÉSZÁROS, István. O Século XXI – socialismo ou barbárie? 1ª ed. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. 2ª ed. Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1996. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato; v. 5)

MOURA, Gustavo Alberto. Sujeito ou Recurso Humano: qual o lugar do trabalhador no processo de produção capitalista? In: ARRAIS NETO, Enéas (et.al.) *Mundo do Trabalho: debates contemporâneos*. Fortaleza: UFC, 2004. (Coleção Diálogos Intempestivos)

NETTO, José Paulo. Prólogo à edição brasileira. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985. (Coleção bases, 47)

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Educação – do senso comum à consciência filosófica. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea)

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção fronteiras da educação)

TONET, Ivo. *Sobre o Socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.